



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11995 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 20 - Psicologia da Educação

O ensino remoto e as relações de convivência infantis na perspectiva dos responsáveis
 Zoia Ribeiro Prestes - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
 FLUMINENSE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O ensino remoto e as relações de convivência infantis na perspectiva dos responsáveis

O presente projeto teve como objetivo investigar relações de convivência de crianças no ensino remoto, instituído pelas escolas em função da pandemia da COVID-19. Segundo Vigotski, a relação de convivência (em russo *obschenie*) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, em especial na infância, pois impacta a formação da consciência e da personalidade. Em atividades presenciais, é possível observar como as crianças, desde muito pequenas, estabelecem relações de convivência com pessoas próximas por meio de diferentes atividades, inclusive as espontâneas e não orientadas por um adulto. O isolamento social impôs mudanças necessárias à comunidade escolar, que adotou o ensino remoto como possibilidade de dar continuidade às atividades que ocorrem presencialmente. Tendo em vista que o ensino remoto e o ensino presencial guardam muitas diferenças nos seus modos de existir, em suas dinâmicas e estratégias, a pesquisa investigou se o ensino remoto possibilitou relações de convivência de crianças e como os responsáveis avaliam sua repercussão para o desenvolvimento infantil.

O formulário com 26 questões que foi respondido por 16 responsáveis de crianças matriculadas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da rede privada e pública, distribuídas do seguinte modo: Educação Infantil da rede privada: 04; Ensino Fundamental da rede privada: 08 respostas; Ensino Fundamental da rede pública: 04 respostas.

Foram apenas quatro respostas relacionadas a crianças da Educação Infantil, todas referentes a crianças que frequentaram escolas particulares. Isso nos levou a questionar em

que medida a falta de recursos investidos na educação pública por parte do Estado pode ser uma das razões para tal condição. É necessário observar esse fato com base em uma perspectiva classista: é nas escolas públicas em que se encontram os filhos e filhas da classe trabalhadora, filhos daqueles que, na pandemia, não tiveram o direito de cumprir o isolamento social, uma vez que precisavam garantir sua própria sobrevivência e de sua família. Nesses casos, o acesso às ferramentas digitais necessárias para participação das atividades remotas ou, mais melhor, a ausência delas foi um dos fatores condicionantes e determinantes para a impossibilidade de realizar as atividades escolares via plataformas digitais.

Foi possível observar que o ensino remoto foi implementado sem critérios definidos. Cada escola adaptou as atividades, realizadas de modo presencial, ao modo remoto de forma peculiar e diferenciada. Das quatro famílias que responderam ao formulário com filhos na Educação Infantil, cada uma relatou uma experiência diferente com seus filhos. Unânime, contudo, foram as respostas a respeito do desenvolvimento das crianças e às relações estabelecidas por elas durante o ensino remoto: cem por cento (100%) dos responsáveis afirmaram que não foi possível observar qualquer relação de convivência entre as crianças. O mesmo percentual de respondentes indicou para o fato de que o ensino remoto provocou prejuízo no desenvolvimento das crianças sob sua responsabilidade, indicando fatores emocionais, como irritabilidade e tristeza.

Dentre as oito respostas relativas a crianças do Ensino Fundamental da rede privada, ficou evidente a rápida indução ao ensino remoto, sendo apenas uma resposta ter alegado “demora em tomar uma decisão” por parte da escola. Tendo, então, cinco crianças postas em ensino remoto e duas em ensino exclusivo por vídeo - interação totalmente tecnológica e não responsiva.

Quanto às atividades propostas, metade dos pais afirmaram que precisavam intervir na confecção das tarefas e relataram dificuldades para conciliar trabalho (em casa ou fora dela) com a educação e atenção necessária aos filhos durante o ensino remoto. Relatou-se também alteração no comportamento de seus filhos ao longo da introdução do ensino remoto.

Quanto à pergunta se as relações de convivência sofreram prejuízo, a maioria dos pais afirmam que foram “totalmente cortadas” ou “reduzidas a quase zero”. Em um caso não se notou diferença e em outro afirmou-se que a filha já não tinha relações com os colegas de classe antes. Todavia, a maioria dos respondentes (cinco dos oito) afirma que as crianças marcavam eventos para se encontrar, valendo-se de aplicativos e redes sociais.

No ensino público, foram observadas certas particularidades. As escolas adotaram o uso de apostilas que "substituíram" o ensino remoto com conteúdo que deveria ser estudado e aprendido em cada disciplina com tarefas a serem realizadas e entregues para aprovação semestral. Houve aulas gravadas e disponibilizadas via plataformas digitais, mas que não eram obrigatórias. No Ensino Fundamental I, as apostilas existiram, mas eram disponibilizadas concomitantemente com aulas on-line.

O distanciamento da realidade escolar e de espaços interativos fizeram surgir figuras do “reforço escolar”, que se avalia como necessário na visão paternal para que o menor “aprendesse algo”. Esse fato emergiu as respostas que afirmam: “colocamos para fazer reforço” ou “contratamos uma explicadora”. Neste caso, evidencia-se que a preocupação dos responsáveis era com os conteúdos escolares e sua assimilação pelas crianças e adolescentes e ofertar aulas presenciais aos filhos, não aceitando a imposição do ensino remoto.

Nessa etapa do ensino, muito pela idade superior à da educação infantil, foram mais comuns as atividades sociais de forma online. Quatro dos cinco respondentes relataram que as chamadas de vídeo possibilitaram o “encontro” de amigos e manutenção, até certo ponto, das relações que cultivaram previamente nas atividades escolares presenciais.

Após a análise dos dados coletados nesta pesquisa, podemos afirmar que a pandemia, sem dúvida alguma, impôs desafios enormes para o sistema educacional e para as famílias. Além disso, é perceptível a diversidade de formas que o ensino remoto foi instituído e implementado, assim como foram diferentes as condições de disponibilização do material escolar e do acesso a ele, tendo, inclusive, responsáveis que não queriam que seus filhos tivessem contato com a tela ou com o ensino remoto.

Quanto às relações de convivência os responsáveis, dependendo da etapa da educação, avaliam de forma diferente. Na opinião dos responsáveis, quanto menor a criança, menor é a chance de se estabelecer uma relação de convivência no ensino remoto. Mas esse fato está relacionado não apenas às opções da família, mas às formas utilizadas pelas instituições de educação infantil para as atividades escolares que foram, predominantemente, via aplicativos para envio de vídeos ou material físico enviado para casa.

Um cenário diferente emergiu no Ensino Fundamental, em que as atividades foram, predominantemente, on-line. Além disso, talvez por serem crianças e adolescentes entre 8 e 15 anos, estabeleciam relações via aplicativos de mensagens e que não pode, de forma alguma, ser desconsiderado como uma possibilidade de relação de convivência diante da realidade digital em que estamos inseridos.

Palavras-chave: relações de convivência, ensino remoto, educação infantil, ensino fundamental.

Referências Bibliográficas

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: as traduções de L. S. Vigotski no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2012.

PRESTES, Zoia Ribeiro. *Obschenie e a teoria histórico-cultural*. Em: **Educação em Foco**, vol. 23, n. 3, p. 851-874, set. / dez. Juiz de Fora: 2018

TUNES, Elizabeth. *Atualidade de Vigotski*. Em: **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1,

p. 4-6, jan.-abr. Niterói: 2015.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Michlenie i retch**. Moskva e Leningrad: Gosudarstvennoie Sotsialno- ekonomitcheskoie izdatelstvo, 2001.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.